

ÉTICA E FELICIDADE: CONEXÕES ENTRE O UTILITARISMO DE MILL E O NEOPRAGMATISMO DE RORTY

ETHICS AND HAPPINESS: CONNECTIONS BETWEEN MILL'S UTILITARIANISM AND RORTY'S NEOPRAGMATISM*

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a felicidade como desejo individual a partir das conexões entre a ética utilitarista de Mill (2005) e a ética solidarista de Rorty (2007; 2010). Para tal, partimos da observação teórica de que ambas as correntes filosóficas se propõem a diminuir a dor e aumentar o prazer dos indivíduos com o fito de que se alcance a máxima felicidade geral. Porém, existem diferenciações entre as duas propostas ético-filosóficas que se concentram na maneira em como devemos desenvolver nossos códigos éticos para que consigamos um equilíbrio entre desejos individuais e coletivos, sendo a utilitarista normativo-prescritiva e a neopragmatista baseada em acordos coletivos feitos através da conversação e que visam evitar a crueldade, bem como incentivar os atos de solidariedade. Para dar base a esta discussão trabalharemos com o seguinte aporte teórico: Frey (2013) Mill (2005); Rorty (2007; 2010), Mulgan (2012).

Palavras-chave: Felicidade. Ética utilitarista. Ética solidária. Indivíduo. Coletividade.

Abstract: The objective of this work is to discuss happiness as an individual desire based on the connections between Mill's utilitarian ethics (2005) and Rorty's solidarity ethics (2007; 2010). To this end, we start from the theoretical observation that both philosophical currents aim to reduce pain and increase the pleasure of individuals in order to achieve maximum general happiness. However, there are differences between the two ethical-philosophical proposals that focus on the way in which we should develop our ethical codes so that we can achieve a balance between individual and collective desires, the normative-prescriptive utilitarian and the neopragmatist based on collective agreements made through the conversation and aimed at preventing cruelty, as well as encouraging acts of solidarity. To support this discussion, we will work with the following theoretical contribution: Frey (2013) Mill (2005); Rorty (2007; 2010), Mulgan (2012).

Keywords: Happiness. Utilitarian ethics. Solidarity ethics. Individual. Collectivity.

* Artigo recebido em 24/03/2021 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 15/04/2021.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho problematizaremos a felicidade como desejo individual e coletivo a partir do recorte de algumas discussões que autor neopragmatista Richard Rorty (1931-2007) estabelece com o Utilitarismo de John Stuart Mill (1806-1873). Entendemos que tanto a ética utilitarista como a neopragmatista visam alcançar a máxima felicidade para todos. Assim, na proposta utilitarista a felicidade é baseada em critérios normativos e busca maximização do bem-estar, enquanto Rorty nos indica que a felicidade é alcançada através da solidariedade, da mudança de vocabulários e de nossa capacidade de gerar acordos coletivos assim evitando a crueldade. Desse modo, procuramos discutir principalmente a relação entre os desejos privados ou individuais e como podemos encontrar um equilíbrio entre eles e o objetivo de uma sociedade mais justa e menos cruel.

Ser feliz em uma sociedade capitalista com uma população de aproximadamente sete bilhões e meio de habitantes não parece ser uma tarefa simples. Obviamente as diversas noções de felicidade que cada indivíduo tem se tornam o primeiro obstáculo para essa empreitada. Se ligarmos o ser feliz às noções capitalistas de acúmulo de bens e capitais, então encarar números tão grandes nos leva a pensar que nem todos podem ser felizes, considerando que os recursos são limitados e que uma parcela da população não terá acesso a eles. Mas, pensar assim não define exatamente que critérios têm que ser levados em consideração para que alguns indivíduos possam perseguir e alcançar a felicidade e outros não. Os números também não ajudam quando se diz que “ser feliz para mim, pode não ser o que é ser feliz para você”. Dessa forma, estaríamos dizendo que somente algumas pessoas se preocupam com bens materiais. No entanto, se pensarmos assim, sucumbiríamos em um relativismo de gostos que não teria fim.

A situação não fica mais fácil se transferirmos a responsabilidade de alcançar a felicidade exclusivamente para a esfera individual, como faz o discurso meritocrático. Frases como: “estuda que a vida muda”, “seja o empreendedor da sua vida”, ou “não há ganho sem dor”, só nos indicam que nunca abandonamos completamente a animalidade e a ideia de que o mais forte tem que sobreviver, que o mais forte é o que pode ser feliz. A pergunta que pretendemos fazer aqui é: devemos alguma coisa aos outros? Falando de outra maneira, temos alguma obrigação moral para com a felicidade dos outros indivíduos de nossa espécie? Claro que não podemos dar uma resposta definitiva para essa questão. O que podemos fazer é trazê-la para uma realidade mais próxima de nós e a luz do debate filosófico discutir alguns

aspectos de nossas ações que podem interferir diretamente no alcance dessa felicidade.

Para nos auxiliar nessa empreitada partimos da observação teórica de que existem pontos de contato entre os princípios éticos utilitaristas e a noção de uma ética solidária esboçada nos escritos do filósofo norte-americano Richard Rorty (2007; 2010). Rorty (2010) afirma concordar com John Stuart Mill de que a única obrigação moral que temos é ajudar uns aos outros e alcançar a maior felicidade possível. Contudo as duas correntes filosóficas divergem nas noções sobre felicidade e na maneira de alcançá-la. Desse modo, abordaremos dois pontos para chegarmos ao objetivo proposto: primeiro, investigaremos o conceito de felicidade defendido na proposta ética utilitarista de Mill (2005), discutindo como nossa individualidade se relaciona com o interesse coletivo do máximo bem-estar geral, destacamos que essa discussão é importante para entendermos as conexões do Utilitarismo com Neopragmatismo, assim, o critério para ações éticas no caso de Mill seria aumentar o prazer e diminuir a dor, o que a primeira vista é um empreendimento difícil, pois além da questão numérica da população, temos as subjetividades que podem ser um obstáculo nessa tarefa. Mas o que particularmente deixa essa proposta mais difícil é a ideia de cálculo de felicidade ou de prazer, pois a felicidade sendo considerada um estado mental, seria variante e de difícil comensuração.

No segundo ponto, contrastando as propostas das duas correntes ético-filosóficas, verificaremos como elas divergem na maneira de alcançar máxima felicidade geral que é um objetivo comum a elas, também discutiremos como a ética solidária neopragmatista nos indica um caminho viável, centrado na conversação e focado em evitarmos a crueldade, para que possamos alcançar um equilíbrio entre o desejo privado ou individual de sermos felizes, bem como a máxima felicidade dos membros da nossa coletividade. Longe de ser isenta de problemas, a proposta de Rorty pode até parecer ingênua pois indica como fontes morais outros elementos da cultura como a literatura e jornais, que podem ser criticados no caso da primeira por ter um caráter fantasioso, ou tendencioso no caso do segundo, sem contar que em pleno século XXI, ainda temos uma parcela significativa da população que não possui acesso a esses bens culturais. Uma pergunta que também é válida seria: que ações tomar quando determinados indivíduos mesmo com acesso aos livros e jornais por exemplo não se comovem com a dor do outro e continuam realizando atos cruéis? Assim, opomos o normativismo utilitarista à ética solidária rortyana e, mesmo ciente das lacunas, remamos para o lado da proposta de esperança social que Rorty defende. Balizados por esse recorte teórico, tencionamos contribuir para a discussão e destacamos a relevância do problema para as pesquisas filosóficas.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FELICIDADE EM MILL

Conforme Mulgan (2012) e Frey (2013) existem diversos debates nos quais os teóricos do utilitarismo vêm se dedicando a responder, parte deles são originários da dificuldade em se elucidar questões relacionadas a princípios morais como utilidade, imparcialidade e máxima felicidade. Desse modo, para se alcançar a máxima felicidade, “[...] as ações são certas na proporção em que tendem a promover a felicidade, e erradas na proporção em que tendem o reverso da felicidade. Por felicidade entende-se prazer, e ausência de dor; e por infelicidade, dor e privação de prazer” (MILL, 2005, p.48). Marcado por um forte empirismo, o utilitarismo de Mill tem como principal interesse as questões de ordem prática e particulares. Mulgan (2012), explica que o utilitarismo pode ser definido como uma orientação para a vida, notadamente para a vida pública e política.

O primeiro ponto de vista que queremos esclarecer é que apesar da ética utilitarista proposta por Mill (2005) dizer que devemos escolher as ações corretas para alcançarmos a máxima felicidade, é um engano pensar que devemos levar em consideração qualquer forma de prazer, para se alcançar esse objetivo, ou seja, a vaidade de um indivíduo não pode ser determinante no momento da prática da ação moral. Para elucidar esse posicionamento, trazemos a passagem abaixo que corrobora com nosso ponto de vista:

Temos de pedir desculpa aos adversários filosóficos do utilitarismo que sejam confundidos, nem que seja apenas por momentos, com alguém capaz de um equívoco tão absurdo, que se torna mais extraordinário em virtude de a acusação contrária (a de referir tudo ao prazer, e isso também da forma mais grosseira) ser outra das acusações comuns ao utilitarismo (MILL, 2005, p. 47).

Outrossim, é importante refutarmos o entendimento de que a felicidade expressa na ética utilitarista seja a continuação de situações extremamente prazerosas, ou seja, não podemos pensar em algo fugaz, mas em ações que nos levem a estados de bem-estar perenes. Seguindo esse raciocínio, do ponto de vista da ética utilitária, uma ação que venha prejudicar o meio ambiente seria condenável por duas razões, a primeira é que sabemos que suas consequências são negativas para o planeta e, portanto, para a coletividade. A segunda é que o resultado traria uma satisfação fugaz para o indivíduo. Assim, a felicidade como consequência deve ser algo duradouro (MILL, 2005). Mas, manter um estado de máxima felicidade coletiva considerando a enorme variedade existente na esfera individual é um

problema persistente nessa abordagem.

Outro aspecto importante, é que não podemos separar a análise utilitarista de Mill (2005) de suas bases filosóficas empíricas. Ele aplicou essas bases às diversas áreas às quais se dedicou, tais como a matemática e a lógica. Nessa esteira, a busca pela felicidade deriva da observação empírica de que ser feliz é desejo de todos indivíduos, por conseguinte, o bem-estar geral também é. A ética utilitarista reconhece que há um problema de conciliação desses desejos, considerando a multiplicidade de formas que eles podem se apresentar e a solução é focar na agregação normativa de situações que proporcionem o máximo bem-estar a todos. Para tal, o Utilitarismo de Mill (2005) visa ação pública e política com o fito de garantir um conjunto de normas que regule os atos dos indivíduos objetivando a remoção de obstáculos para a realização da felicidade das pessoas. Contudo, obrigar os indivíduos a agirem com retidão é um empreendimento que vem apresentando algumas dificuldades. Se pensarmos em um discurso o qual versa que as consequências de uma boa preparação para um exame admissional em uma universidade, é a obtenção de uma vaga em um curso que vai gerar retorno financeiro garantido, poderíamos dizer que o contrário disso seria ficar de fora da vaga ou simplesmente passar e não conseguir uma área que retorne no mercado. Assim, quando se diz “estude que a vida muda” teríamos uma lógica para obrigar uma pessoa a realizar uma ação que em si já tem problemas.

Dessa forma, ao tempo em que criamos um conjunto de prescrições normativas, sob a alegação de que isso é o correto para alcançarmos a maior felicidade de todos, também ajudamos a sustentar uma estrutura tirânica que finca cada vez mais suas raízes e promove a desigualdade e a miséria de muitos. Não se vislumbra em um futuro muito recente uma substituição dessa lógica, mas as discussões em torno da ética trabalham para a melhoria dessa situação. Mesmo que nossas perspectivas parecem sempre tender à polarização, ou seja, nossas ações tenham que ser boas ou más, devemos escolher um lado A ou B, a ideia de conciliar em um código mecanismos de contenção para as ações prejudiciais, bem como de proteção para os mais fracos, parece ser a busca por um termo mediano.

O ponto que almejamos analisar é que tais códigos são criados para alcançar o máximo bem-estar geral, todavia também são transformados em mecanismos de controle e dominação. Assim, as concessões feitas aos indivíduos mais fracos também fazem parte das estratégias de controle e a justificativa de que essas ações são as corretas é que fazem algumas das ações voltadas para a coletividade caírem em descrédito. Nesse sentido, indagamos se para alcançarmos a felicidade temos que depender de indivíduos que estão em ponto da hierarquia social superior à nossa? É possível aceitar a dominação de um tirano, desde que

essa dominação nos leve a maior felicidade geral? Se a resposta fosse sim, o que diriam as pessoas adeptas da democracia que possivelmente teriam sua liberdade de expressão e de locomoção cerceadas pelos caprichos de um ditador sem limites? A primeira resposta a ética utilitarista nos dá é: “[...] que a felicidade que constitui o padrão utilitarista daquilo que está certo na conduta não é a felicidade do próprio agente, mas a de todos os envolvidos” (MILL, 2005, p. 58). A passagem abaixo é muito elucidativa no que tange a essas questões:

Mesmo se um ditador benevolente pudesse fazer um trabalho perfeito de atender aos interesses das pessoas, Mill ainda assim preferiria a democracia. A participação política é boa em si mesma – promove o autodesenvolvimento dos cidadãos, especialmente daqueles em ocupações menos favorecidas. A oportunidade de participarem das decisões políticas daria a essas pessoas o incentivo para se preocuparem com o resto do mundo, concentrarem as suas mentes em questões mais amplas, e desenvolverem a sua capacidade de tomar decisões importantes (MULGAN, 2012, p.41).

A questão que propomos acima também poderia ser respondida com a ideia do juiz competente que Mill traz em sua ética utilitarista, segundo Mill (2005) em uma situação na qual se tenha que se descobrir qual é o melhor caminho o interessante seria encontrar uma pessoa que tenha experimentado ambas as facilidades. Essa pessoa escolheria entre a maior e a menor delas. Com base nesse entendimento, o juiz competente viria a ser aquele que escolheria entre o tirano e a democracia, mas não podemos deixar de lado, a questão da liberdade proposta Mill, pois como objetivo é alcançar máxima felicidade “[...] as pessoas são os melhores juizes dos seus próprios interesses (MULGAN, 2012, p. 41). Com efeito, “[...] a democracia representativa é a melhor maneira de manter os governantes honestos, e de mantê-los focados nos interesses da maioria” (MULGAN, 2012, p. 41). Desse modo:

Quanto aos meios para a máxima aproximação a este ideal, a utilidade prescreve, em primeiro lugar, que as leis e estruturas sociais coloquem tanto quanto possível a felicidade ou (como se lhe pode chamar para fala: em termos práticos) o interesse de qualquer indivíduo em harmonia com o todo, e, em segundo lugar, que a educação e a opinião, que têm um poder tão grande sobre o carácter humano, usem esse poder para estabelecer na mente do indivíduo uma associação indissolúvel entre a sua própria felicidade e o bem comum, especialmente entre a sua própria felicidade e a prática daqueles modos de conduta, negativos e positivos, que a consideração pela felicidade universal prescreve, não só de maneira a que o indivíduo seja incapaz de conceber consistentemente a possibilidade de ser feliz agindo contra o bem geral, mas também de maneira a que um impulso direto para promover o bem geral possa ser um dos habituais motivos para agir em todos os indivíduos, e que os sentimentos ligados a esse impulso possam ocupar um lugar amplo e proeminente na existência

senciente de todos os seres humanos (MILL, 2005, p. 59).

Dessa forma, quando pensamos na coletividade, o Utilitarismos de Mill (2005) aponta para um horizonte que leva em consideração a soma da felicidade de todos alcançada através da liberdade e a da educação, o que nos parece um ponto favorável nessa abordagem. Mas, e o bem-estar individual? Qual o papel da singularidade das pessoas na busca por esse objetivo? O primeiro passo seria nos aproximar da compreensão de Mill do que é individualidade, para tal citamos a passagem abaixo:

Mill aprendeu duas lições fundamentais de Coleridge e dos românticos alemães: a evolução histórica da cultura, bem como a importância da individualidade para o bem-estar. Mill não entende por “individualidade” exatamente o que podemos entender hoje. “Autonomia” e “autenticidade” são termos mais precisos para nós, embora o próprio Mill não os utilize. A ideia central é a de se viver a própria vida de acordo com valores com os quais se identifica, ao contrário tanto de se viver uma vida escolhida por outrem ou de se fazer a escolha de maneira impensada. A vida humana só é verdadeiramente valiosa se for vivida da maneira certa (MULGAN, 2012, p.38).

Dessarte, a ética utilitarista não renega a individualidade das pessoas, ela foca na educação correta para que assim se possa viver uma vida valiosa, pautada na retidão e nas boas ações que conseqüentemente nos trarão melhores resultados. Assim, o reconhecimento da individualidade reforça os argumentos que refutam um governo tirano, afastam a ideia de que precisamos esperar que nos digam como viver e o que fazer a todo momento. Não somos coadjuvantes na peça teatral de outrem. Com efeito, essa individualidade deve ser direcionada pela liberdade de poder escolher ser o juiz de sua própria existência e assim maximizar a felicidade de forma agregativa.

Essa visão maximizadora e agregativa que percebemos na ética utilitarista de Mill (2005), nos leva a uma pergunta muito debatida na citada corrente filosófica que é: como faremos de maneira ética para aumentar e somar a felicidade das pessoas? Considerando o que já discutimos até aqui, atender a todas as concepções individuais sobre felicidade não é uma opção aceitável. Não estamos querendo dizer que Mill acha que a felicidade de uma pessoa está ligada a apenas um aspecto de nossas vidas, como ter bens ou perder alguns quilos e ficar fisicamente em forma. Assim, em determinados momentos, as pessoas dizem que ter saúde é o que importa para ser feliz, ou a presença dos entes queridos, a realização de um trabalho em que se sintam reconhecidos por seus esforços, e assim dezenas de outros exemplos poderiam ser dados, e todos estariam ligados a maneira que nosso conjunto ético-

normativo nos permitiria chegar esses objetivos. Portanto, se não pautarmos nossas ações pelo caminho da retidão, de acordo com Mill (2005), acabaríamos transformando em dor, ou seja, em infelicidade a vida das pessoas que estão ao nosso redor. Assim, um caminho viável para se conciliar os diversos interesses que os indivíduos possuem e maximizar o bem-estar seria não dar às pessoas o que elas querem no momento em que elas querem. Corrobora com essa ideia o trecho abaixo:

A maneira de maximizar a felicidade é, portanto, não dar às pessoas o que elas querem agora, mas encorajá-las a ter melhores anseios. Se os prazeres mais elevados são melhores do que os mais baixos, nós deveríamos ansiar por um mundo no qual todas as pessoas apreciem os prazeres mais elevados, mesmo que a sua ignorância as impeça de querer os prazeres mais elevados no presente (MULGAN, 2012, p.38).

Assim, concluímos esta seção com o entendimento de que ser feliz é maximizar essa felicidade, dentro dos moldes da ética utilitarista, não se trata de querer estar em um estado de prazer contínuo, nem da realização de qualquer desejo de forma indiscriminada, tampouco de ficar à deriva aguardando que as decisões de outros indivíduos nos levem a ancorar em qualquer porto. Devemos entender que a felicidade individual está ligada diretamente à coletiva, e que nossas ações devem ser pautadas em critérios normativos para que as consequências de nossos atos nos leve a alcançar os melhores resultados para todos. Falando de outra maneira, o nosso agir deve ser guiado pela ética por que um indivíduo consciente de que suas ações terão consequências positivas para a coletividade é um indivíduo que visa a máxima felicidade geral. Dessa forma, mesmo com dificuldades aparentes tais como as que já citamos, esse modelo ético irá influenciar e dialogar com outras abordagens a exemplo da proposta neopragmatista de Richard Rorty a qual trataremos na próxima seção deste trabalho.

3. FELICIDADE: CONEXÕES ENTRE O NEOPRAGMATISMO DE RORTY E O UTILITARISMO DE MILL

Nesta seção vamos discutir algumas conexões entre a ideia de felicidade esboçada na ética utilitarista de Mill (2005) e na proposta de uma ética pautada na noção de solidariedade de Rorty (2007; 2010). Pontuamos que o objetivo de alcançar a máxima felicidade geral para todos os indivíduos é compartilhado pelos dois filósofos, embora existam divergências no caminho para alcançar tal fim. Desse modo, essas divergências podem nos ajudar a pensar

de maneira mais crítica como nossas ações, dentro de uma perspectiva ética, podem interferir na felicidade individual e na dos nossos concidadãos. É importante destacarmos que o neopragmatista americano faz uso do método histórico-redescritivo o qual usa para discutir diversos temas da filosofia com ética e política a partir da interpretação que faz dos filósofos que o influenciaram, a exemplo do utilitarista John Stuart Mill.

Desse modo, Rorty (2007; 2010) sustenta que devemos ter uma obrigação moral com todos os seres humanos e ela é substanciada na sua noção de ética possuindo a solidariedade como base. Discutindo a ação ética em duas esferas distintas, a pública e a privada, a perspectiva neopragmatista aborda a felicidade como resultado de acordos feitos através da conversação, ou seja, apontado nossa capacidade imaginativa e de realizar acordos através da linguagem como fontes de moralidade, assim, refutando o apego a ideais morais ou a prescrições morais que se proponham a ser transcendentalistas, essencialistas ou fundamentalistas.

Vivemos em uma sociedade que de certa maneira aprendeu a conviver com um determinado estado de coisas que é no mínimo inquietante. Pensar que temos, em certa medida, uma obrigação moral com todos os outros seres humanos, nos leva a indagar sobre diversos problemas que a humanidade enfrenta, um dos mais velhos e persistentes é a fome. Não precisamos sair da esfera local, ou seja, da nossa cidade ou em alguns casos do nosso bairro para ver que existem pessoas que não têm como para garantir sua alimentação. É comprovado que produzimos comida suficiente para todos, então o que falta para que possamos entender que o desperdício de alimentos ou políticas econômicas centradas no interesse de pequenos grupos agravam esse problema? Quando pensamos em felicidade, seja ela geral ou individual, nos voltamos de certa forma para o dever ético de rever nossas ações para alcançarmos a resolutividade de problemas como esse. A resposta não parece ser tão óbvia, mas existem sugestões de como devemos pensar nossos códigos morais para que possamos melhorar situações dessa monta.

Nessa linha de pensamento, para alcançarmos mudanças, a educação é um fator de convergência na ética utilitarista e na neopragmatista. Assim, quando Mill (2005) se refere a ela como fator importante na escolha de melhores prazeres, ele está dizendo que algumas ações que causam a infelicidade ou prazeres menores são realizadas pela ignorância do indivíduo, ou seja, pelo desconhecimento ou imaturidade em saber que aquela ação gera consequências ruins. Rorty (2007) também afirma que a ignorância é um fator que faz as pessoas ou instituições agirem de forma cruel, ou seja, violentando, retirando direitos e discriminando. Os dois autores concordam que nossas escolhas morais são provenientes da

imaginação humana, no sentido de que um objeto tido como moralmente aceitável hoje, pode ser substituído por outro melhor. Pontuamos que a imaginação citada pelo autor neopragmatista é muito próxima do conceito de empatia, ou seja, da capacidade de se colocar no lugar do outro, para diminuir o sofrimento e a dor das pessoas levando em consideração o que é mais justo. Dessa maneira, entendemos que os seres humanos: “São, como disse Nietzsche, animais inteligentes, inteligentes porque, ao contrário dos outros animais, aprenderam a cooperar uns com os outros para melhor satisfazer os desejos uns dos outros (RORTY, 2010, p. 13). Ou seja, somos capazes de mudar e de conciliar nossos desejos privados com os da coletividade.

Considerando que os indivíduos não sejam ignorantes sobre a fome ser algo que prejudica a felicidade geral, o que poderia indicar que as ações de parte dos concidadãos ainda não levam em consideração a felicidade do outro? Uma possível resposta é que uma estratificação social muito acentuada gera um sentimento de diferenciação entre os membros dessa comunidade a tal ponto que eles negam ver os outros como merecedores dos mesmos direitos. Portanto, as ações não precisariam ser éticas, nem considerar as necessidades dessas pessoas que não fazem parte desses círculos. Desse modo, pensar em aumentar nossa capacidade de identificação com o grupo, buscando exercitar a tolerância, a empatia, combatendo práticas discriminatórias e abusivas, nos levam a aumentar o nosso círculo e nos aproximar de um estado melhor de convivência entre as pessoas. Dessa maneira:

Para aqueles que adotam o ideal utilitário de maximizar a felicidade, o progresso moral consiste em ampliar o leque daqueles cujos desejos são levados em conta. É uma questão do que o filósofo americano contemporâneo Peter Singer chama de “ampliar o círculo do 'nós'”, ampliando o número de pessoas que consideramos como “um de nós” (RORTY, 2010, p.15).

Assim, podemos dizer que para aumentar a felicidade temos que ser mais inclusivos, ou seja, nossa visão de mundo vai sendo aprimorada através da alteração de atitudes nocivas perante aos indivíduos que nos rodeiam. Esse processo na visão rortyana passa pela elaboração de novos e inusitados vocabulários que ampliaram nosso sentimento de solidariedade para com nossos concidadãos. Estas novas maneiras de falar, são capazes de chamar a atenção para as atitudes cruéis praticadas tanto por governos, como por indivíduos. Dessa forma, poderíamos pensar que o vocabulário europeu que foi utilizado para justificar que maioria da população, composta por camponeses e pela burguesia devesse sustentar economicamente um rei e toda uma classe de nobres e clérigos porque assim dizia o seu

direito de nascimento, em um dado momento deixou de ser útil para explicar aquela realidade e novas palavras foram criadas para lidar com uma nova realidade (RORTY, 2007).

Pensar que mudanças de atitudes passam por mudanças de vocabulário, não é apontar que a criação de uma nova palavra magicamente vai deixar de que os indivíduos de nossa espécie deixem de desperdiçar comida ou não se fechem em suas mansões e condomínios de luxo e achem que estão acima de todas os problemas que não os afeta diretamente. Pelo contrário, o que Rorty (2007) nos aponta que existem basicamente duas maneiras para que a alteração de nossas atitudes seriam elas a persuasão e a força. A primeira é uma característica que ele atribui aos filósofos, porém ele nos indica a literatura como companheira da filosofia nessa empreitada. Ele explica que a busca filosófica por teoria acaba nos levando a novos e inusitados vocabulários, e que a literatura, destacando-se os romances de protesto moral, através da expertise dos escritores nos ajuda perceber detalhes de dor e sofrimento que devido a distância que temos de determinadas situações ou vivências não perceberíamos, assim ajudando a nos tornarmos mais solidários (RORTY, 1994).

Dessa maneira, assim como na ética utilitarista de Mill (2005), a proposta de ética solidária de Rorty (2007), se propõem a diminuir a dor e aumentar o prazer dos indivíduos, no entanto para se alcançar a felicidade seja ela a individual ou a coletiva o neopragmatista americano nos propõe como motor para as mudanças uma característica muito querida dos seres humanos que é capacidade de gerarmos novas palavras e com elas novos acordos através da conversação, com efeito, quanto mais entendemos, conhecemos, as experiências de pessoas que estão sofrendo algum tipo de crueldade, mais solidários podemos nos tornar. Nesse ponto, chamamos a atenção para o fato de que Rorty (2007), entende como tentativa idealizadora o uso de um vocabulário único para que expliquemos as esferas pública e privada da vida. Ele sugere uma diferenciação que leva em consideração a necessidade de autocriação e a relação com outros indivíduos da comunidade.

Dessa forma, no seu tempo livre o indivíduo pode fazer o que for melhor para sua autocriação, tentar realizar seus desejos e prazeres desde que isso não prejudique a vida dos seus concidadãos (RORTY, 2007). Na esfera pública sua moral deve ser pautada pela noção de que a crueldade é a pior coisa que os indivíduos de nossa espécie podem fazer uns com os outros. Assim, compreendemos que essa separação é importante pois nos indica os limites de nossos desejos. E que felicidade individual não precisa ser padronizada, mas pode ser pensada de maneira a respeitarmos a diversidade de pensamentos. Nessa esteira:

Mas é possível combinar o máximo de felicidade para nós mesmos com a

felicidade de todos? Isso é certamente impossível. É claramente algo que só poderia ser realizado em uma dimensão transcendental. Naturalmente neste mundo temos que administrar as coisas para que as duas coisas coexistem de alguma forma, portanto não podemos excluir os homossexuais, não podemos excluir as mulheres, não podemos excluir os pobres: todos merecem consideração (RORTY, 2010, p. 21).

Dessarte, o respeito pela diversidade de interesses não é a tolerância de qualquer ação, ou um retorno a um estado de natureza. Esse seria um ponto de convergência entre a ética utilitária e a ética solidária neopragmatista. Para melhor demonstrar essa ideia, consideremos a seguinte questão: alguns desejos humanos são ruins? Rorty afirma que a resposta para essa pergunta é não, pois deveríamos considerar uma hierarquia dos desejos, e a não realização de um desejo específico, não é porque ele é intrinsecamente mau, todavia porque ele atrapalharia a realização da máxima felicidade geral. Assim na visão neopragmatista:

Para Mill, James, Dewey, Habermas e outros filósofos da socialdemocracia, a resposta à pergunta “Alguns desejos humanos são ruins?” é: Não, mas alguns desejos atrapalham nosso projeto de maximizar a satisfação geral do desejo. Por exemplo, meu desejo de que meus filhos comam mais do que os filhos do meu vizinho não é intrinsecamente mau. Mas esse desejo não deve ser realizado. Não existe desejo intrinsecamente mau. Existem apenas desejos que devem ser subordinados a outros desejos no interesse da justiça (RORTY, 2010, p. 15).

A colocação acima deriva do posicionamento antiessencialista de Rorty e nos ajuda a pensar sobre nossa individualidade, tendo em vista que desejos sórdidos, torpes e prejudiciais aos outros podem ser apontados como objeto da felicidade das pessoas. Eles são incompatíveis com uma sociedade a qual os ideais de justiça, tolerância e liberdade são tomados como princípios. Mas não podemos de dizer que existe uma ordem transcendental, uma essência ou um espaço neutro que podemos utilizar para avaliar todas as ações humanas e argumentar que algumas são más por natureza (RORTY, 2010).

Como apontamos antes, na esfera privada o indivíduo pode se ocupar dos desejos que lhe transformarão em uma nova e melhor pessoa. Poderíamos pensar na seguinte situação: se em contato com uma comunidade a qual a prática de canibalismo ainda existisse baseada na transferência de força ou de conhecimento após o consumo da carne de determinado indivíduo. Não haveria um argumento transcendental que impedisse que também fôssemos alvo dessa prática. Não poderíamos apenas dizer que nossa ciência não encontrou nenhuma conexão entre se alimentar de carne humana e a melhoria de determinadas capacidades físicas e assim evitar que fôssemos comidos (RORTY, 2010).

Assim, não podemos apontar uma moral que esteja acima das outras e que ela seja a responsável por garantir a felicidade de todos os indivíduos. O que podemos fazer, se escolhermos a persuasão em vez da força, é tentar demonstrar através de nossas vivências que as capacidades física e mental podem ser melhoradas com exercícios físicos e técnicas direcionadas para esse fim, dessa forma tentaríamos demonstrar que esses exercícios e técnicas seriam mais efetivos do que a prática do canibalismo, é claro que esse método tem dificuldades como a predisposição que o indivíduo tem de ouvir e de aceitar os argumentos postos em favor da mudança de perspectiva.

Desse modo, como na ética utilitarista de Mill (2005), percebemos uma esfera empírica, pois é possível que o que entendemos como bom em um dado momento, após passar pela prática dos hábitos sociais pode se tornar ruim ou apenas perder sua utilidade para em um momento posterior (RORTY, 2010). Ou seja, as consequências de determinadas ações visam a máxima felicidade, no entanto a prática e conversação para nos mostrar atos que outrora pensamos não serem cruéis, pode nos levar a aperfeiçoar ou a abandonar determinada conduta. A passagem que citamos abaixo nos ajuda a elucidar essa ideia:

Filósofos como Santayana e Mill de fato se recusam a reconhecer qualquer coisa como definitiva. Isso porque eles pensam que todo objeto relatado de especulação filosófica ou de culto religioso é um produto da imaginação humana. Algum dia pode ser substituído por um objeto melhor. Não há um fim destinado a esse processo de substituição, nenhum ponto em que possamos afirmar ter encontrado o ideal correto de uma vez por todas (RORTY, 2010, p. 09).

Nessa esteira, nós não somos essencialmente bons ou maus, o que somos é produto de uma aculturação, linguagem e comunidade contingentes e nosso senso de moralidade não é diferente e para modifica-lo, podemos basear nossas ações na meta de não causar a dor, ou seja, evitar a crueldade exercendo a solidariedade. Rorty acredita que os seres humanos podem ser mais felizes, mas não alimenta a ideia de uma sociedade perfeita e sem problemas, como podemos ver no trecho abaixo:

Acho que a ideia de uma sociedade em que todos amam todos igualmente, ou como amam a si mesmos, é um ideal impossível. O ideal de uma sociedade em que todos tenham respeito suficiente pelas outras pessoas para não presumir que um de seus desejos seja intrinsecamente mau é um ideal possível. E é este último ideal que, através do crescimento da social-democracia e da tolerância, temos vindo gradualmente a alcançar nos últimos dois séculos. (RORTY, 2010, p. 20).

Concluimos esta seção apontado que, embora a ética utilitarista e a ética solidária de Rorty apresentem pontos de convergência tais como a busca pela máxima felicidade geral, a diminuição da dor e que nossa convivência coletiva tem que ser pautada na liberdade e na educação para que possamos enfrentar de forma mais efetiva problemas como os da fome que citamos no início de nossa argumentação. Elas diferem na maneira de alcançar esse objetivo, enquanto Mill (2005) foca em um conjunto de normativo prescritivo, que se baseia na promoção do prazer para um fim máximo e coletivo, para pautar nossas ações. Rorty nos indica um caminho esperançoso, com mais detalhes e bastante viável no qual a persuasão, ou seja, capacidade de convencimento nos leve ao objetivo de conciliar desejos privados com a necessidade humana de viver em coletividade. Desse modo, uma ética solidária baseada em ações que evitem a crueldade, que ponha o diálogo em permanente utilização não é isenta de problemas, assim como a abordagem utilitarista de Mill também não é, porém, contribuição desse debate reside no fato de que as conexões das propostas desses pensadores são atualizadas em meio grandes transformações que passamos em quanto sociedade e em quanto sujeitos históricos em permanente modificação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, retomamos nossa questão inicial: temos alguma obrigação moral para com a felicidade dos outros indivíduos de nossa espécie? Se pensarmos em consonância com as éticas utilitarista e neopragmatista a resposta é sim, tendo em vista que a nossa existência está diretamente ligada à comunidade a qual nascemos e fomos aculturados. O que não podemos é fechar os olhos ou agir indiferentemente enquanto nossos concidadãos são submetidos a situações de dor e sofrimento, ou seja, cruéis, sendo elas causadas por desejos individuais ou por grupos que dominam instituições políticas ou privadas e utilizam a máquina e o poder para expandir sua influência particular ou capacidade de dominação, em detrimento da maior parcela da população que por vezes ficam a margem ou deixadas de lado ao ponto de não terem o alimento diário básico.

Assim, apresentamos e demonstramos a ética utilitarista de Mill (2005) e a ética solidária de Rorty (2007; 2010), bem como estabelecemos conexões entre elas, com o fito de problematizar nosso agir ético nas esferas privada e pública no que tange a felicidade. Também pontuamos que Rorty ao discutir diversos problemas filosóficos não somente os políticos, mas também os da ética, faz uso de um método de recontextualização ou redescritção de determinados pontos das proposições teóricas dos filósofos que o

influenciaram e ao fazermos a aproximação com a ideias de Mill (2005) levamos em consideração essa maneira como o filósofo neopragmatista trata os temas filosóficos das mais diversas temáticas não só éticas, mas culturais, políticas e outras.

Nessa esteira, sustentamos que a defesa do princípio utilitarista da máxima felicidade de Mill (2005) não é defendida por Rorty (2010) nos mesmos moldes, já que como citado acima o neopragmatista americano utiliza o método da redescrição. Destarte, enquanto este defende um desapego a princípios morais essenciais, tendo a conversação para evitar a crueldade como fonte da moralidade, aquele foca sua teoria em uma esfera pública e na busca de se alcançar um princípio moral. No entanto, fica registrada a influência de algumas ideias como felicidade e a produção de menos dor ou sofrimento sobre os escritos rortyanos.

Assim, ao trabalhar uma das questões filosóficas mais antigas que se apresenta e se desenvolve de variadas formas em cada período da tradição filosófica, tentamos demonstrar sua capacidade de revitalização e pertinência para as pesquisas atuais. Entendemos que essa busca passa pelo crivo criterioso do debate ético considerando que nossas ações, mesmo aquelas consideradas puramente voltadas ao indivíduo, têm origem na comunidade contingente na qual fomos aculturados e defendemos que a ampliação de nossa solidariedade, embora não isenta de problemas, pode ser uma opção viável para conduzirmos as questões que essa temática aborda.

REFERÊNCIAS

- ELLIOT, Robert. **Normative Ethics**. In JAMIESON, Dale (Ed.). *A Companion to Environmental Philosophy*. Mandem, Blackwell Publishers, 2001, pp. 177-191.
- FREY, R.G. **Act-Utilitarianism**. In LAFOLLETE, Hugh; PERSSON, Ingmar. (org.) *The Blackwell Guide to Ethical Theory*, 2º ed., 2013, p. 221-237.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Trad. Pedro Madeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Trad. Pedro Galvão. Porto: Porto Editora, 2005.
- RORTY, Richard. **A Filosofia e o espelho da natureza**. Trad. Antônio Trânsito. São Paulo: Relume Dumará, 1994.
- RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RORTY, Richard. **Uma ética laica**. Trad. Mirella Traversin Martino. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RORTY, Richard. **Achieving our Country: Leftist Thought in Twentieth-Century America**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- TIM, Mulgan. **Utilitarismo**. Trad. Fábio Creder. Petrópolis: 2012.